

Acórdãos STA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo

Processo: 0402/06  
Data do Acórdão: 12-07-2006  
Tribunal: 2 SECÇÃO  
Relator: JORGE DE SOUSA  
Descritores: REVISÃO DO ACTO TRIBUTÁRIO.  
INICIATIVA DO CONTRIBUINTE.  
PEDIDO DE REVISÃO OFICIOSA.  
IMPUGNAÇÃO CONTENCIOSA.  
RECLAMAÇÃO GRACIOSA NECESSÁRIA.  
RETENÇÃO NA FONTE.

Sumário: I - Mesmo depois do decurso dos prazos de reclamação graciosa e de impugnação judicial, a Administração Tributária tem o dever de revogar **actos** de liquidação de tributos que sejam ilegais, nas condições e com os limites temporais referidos no art. 78.º da L.G.T. II - O dever de a Administração efectuar a **revisão** de **actos tributários**, quando detectar uma situação de cobrança ilegal de tributos, existe em relação a todos os tributos, pois os princípios da justiça, da igualdade e da legalidade, que a administração tributária tem de observar na globalidade da sua actividade (art. 266.º, n.º 2, da C.R.P. e 55.º da L.G.T.), impõem que sejam oficiosamente corrigidos, dentro dos limites temporais fixados no art. 78.º da L.G.T., os erros das liquidações que tenham conduzido à arrecadação de quantias de tributos que não são devidas à face da lei.

III - A **revisão** do **acto tributário** com fundamento em erro **imputável** aos serviços deve ser efectuada pela Administração tributária por sua própria iniciativa, mas, como se conclui do n.º 7 (anterior nº 6) do art. 78º da L.G.T., o contribuinte pode pedir que seja cumprido esse dever, dentro dos limites temporais em que Administração tributária o pode exercer.

IV - O indeferimento, expresso ou tácito, do pedido de **revisão**, mesmo nos casos em não é formulado dentro do prazo da reclamação administrativa mas dentro dos limites temporais em que a Administração tributária pode rever o **acto** com fundamento em erro **imputável** aos serviços, pode ser impugnado contenciosamente pelo contribuinte [art. 95.º, n.ºs 1 e 2, alínea d), da L.G.T.].

V - A formulação de pedido de **revisão** oficioso do **acto tributário** pode ter lugar relativamente a **actos** de retenção na fonte, independentemente de o contribuinte ter deduzido reclamação graciosa nos termos do art. 152.º do CPT (ou 132.º do CPPT), pois esta é necessária apenas para efeitos de dedução de impugnação judicial.

VI - O meio procedimental de **revisão** do **acto tributário** não pode ser considerado como um meio excepcional para reagir contra as consequências de um **acto** de liquidação, mas sim como um meio alternativo dos meios impugnatórios administrativos e contenciosos (quando for usado em momento em que aqueles ainda podem ser utilizados) ou complementar deles (quando já estiverem esgotados os prazos para utilização dos meios

impugnatórios do **acto** de liquidação).

Nº Convencional:	<b>JSTA0006859</b>
Nº do Documento:	<b>SA2200607120402</b>
Recorrente:	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>
Recorrido 1:	<b>A... - FAZENDA PÚBLICA</b>
Votação:	<b>UNANIMIDADE</b>
Área Temática 1:	<b>*</b>
Aditamento:	

 **Texto Integral**